

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Helio Lopes)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os convênios firmados com o Hospital Beneficente Portuguesa, no valor de R\$ 35,5 milhões, incluindo documentação relativa à pesquisa de mercado, critérios de seleção de fornecedores e possíveis conflitos de interesses envolvendo empresa de familiares do presidente da instituição.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados encaminho o presente Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que preste esclarecimentos formais e documentados sobre os convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e o Hospital Beneficente Portuguesa, que totalizaram R\$ 35,5 milhões, bem como sobre eventuais inconsistências na contratação de fornecedores e denúncias de possível conflito de interesses.

Informações amplamente divulgadas apontam que parte dos serviços e equipamentos teria sido fornecida pela empresa Horizon Soluções Médicas, pertencente aos filhos do presidente do Hospital Beneficente Portuguesa, o que pode caracterizar favorecimento indevido, quebra de impessoalidade e violação aos princípios administrativos previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Diante da relevância do tema, solicito que Vossa Excelência responda, ponto a ponto, aos seguintes questionamentos:

1. Convênios firmados:



- a) Encaminhar o inteiro teor (cópia integral) dos convênios firmados entre o Ministério da Saúde e o Hospital Beneficente Portuguesa, incluindo contratos, aditivos, planos de trabalho, termos de referência, anexos e eventuais ajustes complementares.
- b) Informar as responsabilidades assumidas por cada parte, metas pactuadas, prazos de execução, indicadores de desempenho e detalhamento dos valores empenhados, liquidados e pagos.

2. Seleção de fornecedores e pesquisa de mercado:

- a) Encaminhar a pesquisa de mercado utilizada para fundamentar a contratação de equipamentos, materiais e serviços relacionados aos convênios.
- b) Informar quais empresas foram consultadas, seus respectivos orçamentos e justificativas para a escolha dos fornecedores efetivamente contratados.
- c) Encaminhar documentos que comprovem a metodologia utilizada para composição de preços, como planilhas de custos, comparativos de valores, critérios técnicos e notas explicativas.

3. Relação com a empresa Horizon Soluções Médicas:

- a) Informar se houve contratação da empresa Horizon Soluções Médicas no âmbito dos convênios de R\$ 35,5 milhões, discriminando valores, objetos contratados e datas de execução.
- b) Encaminhar as notas fiscais, ordens de serviço, comprovantes de entrega e documentos de liquidação relacionados a essa empresa, se houver.
- c) Informar se o Ministério da Saúde tomou conhecimento da relação societária da Horizon Soluções Médicas com familiares do presidente do Hospital Beneficente Portuguesa.
- d) Encaminhar manifestações internas, pareceres, comunicações ou alertas sobre possível conflito de interesses, bem como medidas eventualmente adotadas.

4. Mecanismos de controle, transparência e fiscalização:



- a) Encaminhar relatórios de acompanhamento, visitas técnicas, fiscalizações, auditorias internas e inspeções relativas à execução dos convênios.
- b) Informar se houve recomendações, ressalvas ou apontamentos de órgãos de controle, especialmente da CGU, TCU e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS).
- c) Encaminhar cópias de eventuais notificações, autos de infração, recomendações ou medidas corretivas aplicadas.

JUSTIFICAÇÃO

Os convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e o Hospital Beneficente Portuguesa, no valor de R\$ 35,5 milhões, têm sido objeto de intensa atenção pública e de questionamentos quanto à transparência, à conformidade administrativa e à possível existência de conflito de interesses na seleção de fornecedores. Conforme reportagem da Folha de S.Paulo (Gomes, 2024)¹, parte dos serviços e equipamentos adquiridos no âmbito desses convênios teria sido fornecida pela empresa Horizon Soluções Médicas, pertencente aos filhos do presidente da instituição conveniada, o que pode caracterizar favorecimento indevido e afronta aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

De acordo com O Globo (Barros, 2024)², a contratação da empresa vinculada a familiares do dirigente do hospital suscita dúvidas sobre a lisura dos processos de pesquisa de mercado, formação de preços e escolha de fornecedores, especialmente diante de possíveis lacunas de transparência e ausência de critérios objetivos documentados. Segundo apuração do portal Metrôpoles (Silva, 2024)³, especialistas em

¹ **GOMES, Flávia. Hospital Beneficente Portuguesa fecha convênios de R\$ 35,5 milhões com o Ministério da Saúde; empresa de filhos do presidente teria fornecido equipamentos.** Folha de S.Paulo, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/11/hospital-portuguesa-convenio-35-milhoes-empresa-filhos.shtml>
Acesso em: 10 dez. 2025.

² **BARROS, Renata. Contratos de R\$ 35 milhões do Ministério da Saúde com Hospital Beneficente Portuguesa têm suspeita de favorecimento à empresa de familiares do presidente.** O Globo, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/11/convenios-hospital-portuguesa-horizon-suspeita-favorecimento.shtml>
Acesso em: 10 dez. 2025.

³ **SILVA, Thays. Empresa de filhos de presidente do Hospital Beneficente Portuguesa forneceu serviços em convênios de R\$ 35,5 milhões;**



integridade pública e compliance apontaram que a triangulação familiar envolvendo dirigentes da instituição e fornecedores contratados pode configurar conflito de interesses e violação do dever de impessoalidade.

A adequada fiscalização do gasto público na área da saúde é essencial para assegurar que recursos federais sejam aplicados de forma correta, transparente e orientada ao interesse público. Assim, a obtenção de documentação completa sobre os convênios, as pesquisas de mercado utilizadas, os critérios técnicos de seleção de fornecedores e eventuais vínculos societários é indispensável para esclarecer a regularidade das contratações e prevenir situações de favorecimento indevido ou direcionamento.

Diante da magnitude dos valores envolvidos, da gravidade das denúncias e da necessidade de garantir a plena observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, impõe-se o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2025.

Deputado **HELIO LOPES**
PL/RJ

especialistas veem conflito de interesses. Metrôpoles, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/hospital-portuguesa-horizon-convenios/>
Acesso em: 10 dez. 2025.

